



***(RE)CONSTRUINDO O CAMPO DE ANÁLISE DAS PESQUISAS COM
HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM GRUPOS EDUCATIVOS***

***(RE)CONSTRUYENDO EL CAMPO DE ANÁLISIS DE LAS
INVESTIGACIONES SOBRE HOMBRES AUTORES DE VIOLENCIA
DOMÉSTICA EN GRUPOS EDUCATIVOS***

***(RE)CONSTRUCTING THE FIELD OF ANALYSIS OF RESEARCH ON
MEN WHO PERPETRATE DOMESTIC VIOLENCE IN EDUCATIONAL
GROUPS***

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva¹

Eliezer Gonçalves Cordeiro²

Joyce Alves da Silva³

RESUMO

Este artigo apresenta a construção teórica e política do campo de análise das pesquisas com homens autores de violência doméstica em grupos educativos. O objetivo é contextualizar historicamente o surgimento desses grupos no Brasil com fins a debater as construções das masculinidades, articulando os marcos legais, institucionais e acadêmicos que sustentam sua implementação. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental de legislações, políticas públicas e produções científicas. A análise preliminar evidencia que os grupos educativos emergem como resposta judicial à violência doméstica, mas são atravessados por disputas conceituais e práticas que tensionam sua função pedagógica e de responsabilização. Conclui-se que compreender esse campo exige uma abordagem crítica e interdisciplinar,

¹ Doutorando em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil.

² Mestrando em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil.

³ Doutora em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil.

capaz de problematizar os sentidos atribuídos à responsabilização masculina e à reeducação no contexto da justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Grupos educativos; Masculinidades; Estado da arte.

RESUMEN

Este artículo presenta la construcción teórica y política del campo de análisis de las investigaciones sobre hombres autores de violencia doméstica en grupos educativos. El objetivo es contextualizar históricamente el surgimiento de estos grupos en Brasil, articulando los marcos legales, institucionales y académicos que sustentan su implementación. La metodología adoptada es de carácter cualitativo, basada en revisión bibliográfica y análisis documental de legislaciones, políticas públicas y producciones científicas. El análisis preliminar evidencia que los grupos educativos emergen como respuesta judicial a la violencia doméstica, pero están atravesados por disputas conceptuales y prácticas que tensionan su función pedagógica y de responsabilización. Se concluye que comprender este campo exige un enfoque crítico e interdisciplinario, capaz de problematizar los sentidos atribuidos a la responsabilización masculina y a la reeducación en el contexto judicial.

PALABRAS-CLAVE: Grupos educativos. Masculinidades. Estado del arte.

ABSTRACT

This article presents the theoretical and political construction of the analytical field of research on men who perpetrate domestic violence within educational groups. The objective is to historically contextualize the emergence of these groups in Brazil, articulating the legal, institutional, and academic frameworks that support their implementation. The methodology adopted is qualitative in nature, involving bibliographic review and documentary analysis of legislation, public policies, and scientific literature. Preliminary analysis reveals that educational groups have emerged as a judicial response to domestic violence, yet they are permeated by conceptual and practical disputes that challenge their pedagogical and accountability functions. It is concluded that understanding this field requires a critical and interdisciplinary approach, capable of problematizing the meanings attributed to male accountability and reeducation within the justice system.

KEYWORDS: Educational groups. Masculinities. State of the art.

* * *

A História sempre foi uma profissão de homens que escreveram a história dos homens, apresentada como universal, na qual o “nós” é masculino e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Estes homens descreveram as mulheres, foram seus porta-vozes, e com este procedimento as enclausuraram, tornando-as invisíveis.

Ana Maria Colling

Introdução

A epígrafe extraída da obra de Ana Maria Colling (2019), intitulada por *Tempos Diferentes, Discursos Iguais: a construção histórica do corpo feminino*, escolhida e que

ora abre este artigo, nos ajuda a refletir sobre a perspectiva androcêntrica que historicamente permeou a produção do conhecimento e, no caso em especial, a narrativa da História. Ela revela como os homens, tradicionalmente os principais agentes da escrita histórica – mas também feitores de outras tantas “ciências” – moldaram a compreensão do mundo a partir de sua própria experiência, apresentando a nós essa experiência como sendo universal. Esse “nós” masculino excluiu e marginalizou, invisibilizando a história das mulheres, que se desenvolveu à margem dessa narrativa dominante, o que já foi objeto de denúncia por parte de autoras como Adrienne Rich (2017), Gayatri Chakravorty Spivak (2017), Letícia Nascimento (2021) e tantas outras pesquisadoras. Ao descrever as mulheres, os homens não apenas assumiram o papel de seus porta-vozes, mas também restringiram sua agência, colocando essas sujeitas circunscritas a espaços de silêncio e submissão, em um processo que reforçou desigualdades e naturalizou relações hierárquicas de gênero.

Essa provocação inicial que trouxemos na epígrafe, se liga diretamente ao tema dos grupos educativos para Homens Autores de Violência (HAV) doméstica, nosso fenômeno-alvo de análise, uma vez que o fenômeno da violência contra a mulher pode ser entendido como um desdobramento desse histórico de desigualdade e exclusão. A construção social dos papéis de gênero, alicerçada por séculos de narrativas masculinas dominantes, legítima, até os atuais dias, dinâmicas de poder que favorecem o masculino e desvalorizam o feminino. Ao trazer à tona essa análise, a epígrafe deflora essas estruturas históricas, as quais precisam ser questionadas para que se promova uma transformação efetiva no comportamento dos homens que reproduzem a violência de gênero.

Assim, este texto tem como objetivo examinar pesquisas relacionadas à violência contra a mulher, focalizando os Homens Autores de Violência (HAV) doméstica em lugares de educação. Nas pesquisas aqui referenciadas, esses homens participaram dos chamados, por boa parte dos estudiosos, de “grupos reflexivos”, nomenclatura a qual taxativamente discordamos, que visam colaborar para a redução dos crescentes índices e indicadores associados a esse tipo de fenômeno no Brasil e em outras regiões do mundo. Segundo Juliano Beck Scott (2018), a violência contra a mulher tem ganhado destaque internacional nos últimos anos devido aos seus efeitos prejudiciais. Além disso, o autor afirma que mulheres em situação de violência doméstica frequentemente enfrentam problemas como uso de substâncias entorpecentes, estresse, Infecções Sexualmente

Transmissíveis (ISTs), transtornos depressivos e de ansiedade, bem como distúrbios relacionados à desregulação do sono e do apetite (SCOTT, 2018).

Segundo o infográfico do *Atlas da Violência* (2024), temos no Brasil uma verdadeira epidemia do fenômeno deletério que afeta não apenas mulheres, mas também meninas e até bebês, como podemos melhor vislumbrar na amostragem a seguir:

FIGURA 1 - Infográfico sobre violência doméstica no Brasil



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Os dados apresentados na imagem anterior, reforçam a urgência de pesquisas como a nossa sobre a violência contra meninas e mulheres – sejam elas cisgênero ou travestigêner⁴ –, especialmente no contexto de grupos educativos voltados para homens

⁴ O termo que mencionamos, *travestigênera*, foi forjado em debates do movimento social trans/travesti e reflete sobre uma construção identitária que busca legitimar e dar centralidade às vivências das travestis enquanto sujeitas políticas e existenciais, que são marcadas por resistências e reconfigurações de seus corpos e identidades. A autora que versa sobre o conceito, Letícia Nascimento (2019), não apenas discute o conceito em termos de reconhecimento, mas também como uma forma de desestabilizar as categorias normativas que estruturam a cisnormatividade e a binaridade de gênero. O termo desafia a patologização histórica das travestis e remodela sua agência, deslocando narrativas de marginalidade para perspectivas de potência e centralidade política no transfeminismo, outra subcorrente da teoria feminista. Já o conceito de *mulher cisgênero* é utilizado por Nascimento (2019) para problematizar o lugar hegemônico que as mulheres cis ocupam no discurso feminista tradicional. A autora argumenta que, muitas vezes, as mulheres cis são vistas como o padrão de feminilidade e de experiência feminina, em oposição às identidades trans/travestis, que acabam relegadas a espaços periféricos tanto no feminismo quanto na sociedade. Esse verdadeiro tanque de guerra conceitual desbrava as opressões patriarcais, as quais muitas vezes se camufla no próprio discurso feminista progressista.

autores de violência doméstica. Os números são alarmantes: 221.240 meninas e mulheres foram vítimas de violências, sendo que 144.285 casos se referem especificamente à violência doméstica, com homens como autores em 86,6% dos casos. Esses dados evidenciam a predominância masculina como perpetradores de violência e a persistência de desigualdades de gênero que estruturam essas práticas no local onde se pressupõe que deveria haver maior segurança para as cidadãs brasileiras: o lar. Além disso, o foco na violência sexual contra crianças ressalta, como dissemos, uma epidemia que afeta especialmente bebês e meninas de 0 a 9 anos – 30,4% das vítimas – e meninas de 10 a 14 anos – 49,6%. Esse panorama indica que a violência contra mulheres começa cedo, estruturando trajetórias de vulnerabilidade e sofrimento que acompanham essas vítimas ao longo da vida, como demonstrado pela prevalência de diferentes formas de violência em várias faixas etárias.

Nosso objetivo, diante desse fenômeno, é investigar ações que possam contribuir, de forma gradual, para a erradicação do feminicídio no Brasil. Para isso, a implementação da Lei 11.340/2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, demonstra a mobilização judicial para coibir, combater e enfrentar a violência doméstica e de gênero na sociedade brasileira. Em 2020, esse texto jurídico foi alterado, com mudanças sancionadas pela presidência da República em 3 de abril daquele ano. A principal alteração foi a formalização dos grupos educativos de homens, que passaram a ser obrigatórios junto aos fóruns e varas de famílias, com o objetivo de auxiliar os juízes em decisões relacionadas à violência contra a mulher. O artigo 1º da lei passou a obrigar os HAV a frequentar centros de reabilitação e a receber apoio educativo e psicossocial, algo que anteriormente era opcional.

Os grupos educativos representam uma ferramenta relativamente nova no enfrentamento da violência contra a mulher, surgindo como uma proposta interventiva com potencial para gerar impactos significativos. Para aprofundar a compreensão sobre a produção científica existente acerca desses grupos e seus efeitos reais no enfrentamento desse fenômeno, optamos por realizar um levantamento bibliográfico fundamentado na metodologia do estado da arte. As plataformas escolhidas para essa busca foi o Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), reconhecida por sua abrangência e relevância no mapeamento da produção acadêmica nacional; e o catálogo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A pesquisa foi realizada utilizando um conjunto de palavras-chave,

a saber: “Grupos para homens autores de violência”. Essa estratégia de busca visou garantir um levantamento mais completo e representativo das pesquisas desenvolvidas no Brasil, oferecendo uma base sólida para a análise e reflexão sobre os grupos reflexivos como uma prática transformadora no combate à violência de gênero. O acesso aos portais com o qual trabalhamos ora mencionados se deu no dia 10/01/2025.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na metodologia do estado da arte, com ênfase na revisão bibliográfica e na análise documental. A escolha dessa metodologia decorre da necessidade de mapear e compreender a produção acadêmica existente sobre grupos educativos destinados a homens autores de violência doméstica, de modo a identificar avanços, lacunas e disputas conceituais presentes nesse campo. O levantamento foi realizado em duas bases de dados consideradas centrais para o registro da produção científica nacional: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A busca utilizou como descritor principal a expressão “Grupos para homens autores de violência”, de modo a assegurar a captação do maior número possível de trabalhos relacionados ao tema.

Após a coleta, os resultados foram sistematizados e analisados de acordo com critérios de pertinência temática, considerando-se apenas os trabalhos que apresentavam foco direto na abordagem dos grupos educativos para homens autores de violência (HAV). Essa etapa permitiu distinguir produções tangenciais daquelas que efetivamente se dedicam a discutir os “grupos reflexivos” enquanto estratégia de enfrentamento à violência de gênero. O processo analítico incluiu ainda a contextualização dos marcos legais e institucionais que regulam a implementação desses grupos, articulando o debate acadêmico com as transformações normativas e políticas ocorridas nos últimos anos.

Teses defendidas no Brasil sobre grupos educativos para HAV:

Como salientado, buscamos por teses produzidas no Brasil sobre grupos voltados aos HAV. Como resultado, encontramos 58 trabalhos, dos quais apenas 16 de fato abordavam o conteúdo que nós buscávamos. No quadro elaborado por nós, seguem os trabalhos encontrados com seus respectivos títulos, autor/a, instituição, ano de publicação, área de concentração. Porém, antes de chegarmos efetivamente no Quadro I, cabe dizer que os resultados da busca identificaram 58 trabalhos relacionados a grupos

voltados para HAV, mas apenas 16 efetivamente abordaram o tema de forma direta e alinhada ao nosso objetivo, revelando algumas questões importantes sobre a produção científica nessa área. Primeiramente, notamos a limitação do volume de pesquisas que tratam diretamente da temática dos grupos reflexivos para HAV – sobretudo se comparado a outros assuntos tratados dentro das áreas científicas que pulularam na nossa busca – especialmente considerando a gravidade e a persistência da violência de gênero no Brasil.

Embora pelo que já se falou neste artigo defendendo-se que o tema ora trabalhado é relevante e emergente, ele ainda ocupa um espaço marginal dentro da agenda de pesquisa acadêmica no país, seja por falta de incentivo – não sabemos –, por desafios na implementação desses grupos como objeto de estudo, ou por questões metodológicas que dificultam a sistematização de análises sobre seu impacto. Esses dados também nos fazem entender a existência de uma lacuna significativa na literatura sobre os grupos educativos como estratégia de enfrentamento à violência doméstica. Apesar de haver um corpo inicial de trabalhos que mencionam o tema, ainda são necessários estudos que investiguem os impactos concretos, as metodologias aplicadas e os desafios enfrentados na prática. Esse cenário, por outro lado, vem reforçar a pertinência e a originalidade do nosso trabalho, que tem o potencial de contribuir para preencher essa lacuna e ampliar as discussões sobre o papel dos grupos para os HAV na redução da violência de gênero. Dito isto, vamos ao quadro...

QUADRO 1: Teses de doutorado encontradas sobre grupos para HAV no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES):

TÍTULO DA TESE	AUTOR	INSTITUIÇÃO	ÁREA	ANO
Dribles da responsabilidade: como homens autores de violência contra a mulher narram a si mesmos	Bernardo, Marlucci Delavi Tarnoschi	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Psicologia Social	2024
A face preventiva da lei maria da penha e os grupos para homens autores de violência contra as mulheres: um estudo de	Aguiar, Ana Cecília Bezerra de	Universidade de Fortaleza	Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional	2024

caso do núcleo de atendimento ao homem autor de violência contra a mulher				
Grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: uma nova política?	Guadalupe, Thiago De Carvalho	Universidade Federal do Espírito Santo	Programa de Pós-Graduação em Política Social	2024
Masculinidades e Psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres.	Tokuda, André Masao Peres	Universidade Estadual Paulista	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social	2021
Homens autores de violência contra mulheres: um estudo com participantes de grupos reflexivos em Belo Horizonte	Fleury-Teixeira, Elizabeth Maria	Universidade Federal de São Carlos	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	2021
Construção social de masculinidades e fundamentos do trabalho desenvolvido em grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero	Araujo, Luciana Moreira de	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	2021
Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência	Nothaft, Raíssa Jeanine	Universidade Federal de Santa Catarina	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas	2020
Do “monstro” ao homem: motivos de violências contra a mulher	Silva, Carla da	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social	2020
Subjetividades masculinas – identidades dos homens que praticaram violência	Billerbeck, Luana Márcia de Oliveira	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Programa de Pós-Graduação em	2018

doméstica e familiar no contexto do Paraná			Ciências Sociais Aplicadas	
"-Mas tem gente que não entende assim." //"-É por isso que a gente tá aqui.": a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades	Soares, Vanessa Arlésia de Souza Ferretti	Universidade Federal de Santa Catarina	Programa de Pós-Graduação em Linguística	2018
A masculinidade no banco dos réus: um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha	Veras, Érica Verícia Canuto de Oliveira	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2018
Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades	Scott, Juliano Beck	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2018
Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Marco Julián Martínez-Moreno	Universidade de Brasília	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	2018
Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? Etnografia de um grupo reflexivo	Billand, Jan Stanislas Joaquim	Universidade de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva	2016
A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher.	Prates, Paula Licursi	Universidade de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública	2013
Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense	Pazo, Concepcion Gandara	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva	2013

Fonte: elaboração dos autores

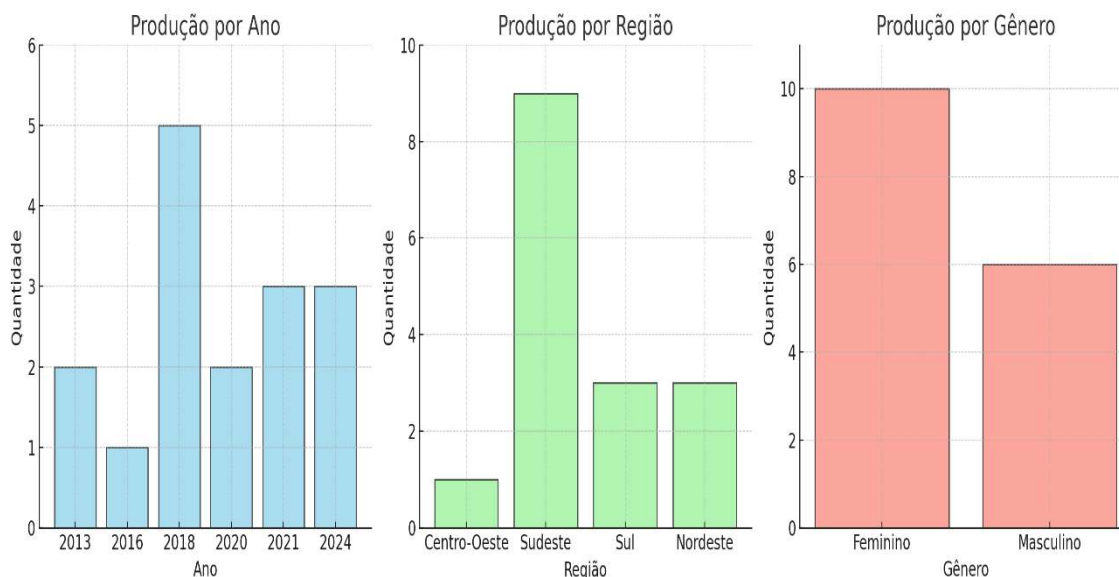
Os dados levantados por nós indicam que o ano de 2018 teve o maior número de produções acadêmicas sobre o tema, com um total de 5 teses defendidas no país. A análise

por região revela que a maioria das teses foi desenvolvida no Sudeste, seguido pelo Sul e Nordeste, enquanto o Centro-Oeste teve a menor representatividade. Quanto à autoria, as mulheres predominaram na produção científica, sendo responsáveis por 10 trabalhos, enquanto os homens produziram 6. Esses números refletem tanto o protagonismo feminino em pesquisas relacionadas à violência de gênero, quanto a sua busca por compreender e enfrentar essa realidade que tanto as assola. Problematizando e questionando os dados que encontramos em forma regional, podemos dizer que essa distribuição dos dados denuncia de forma taxativa as desigualdades significativas que existem na produção acadêmica sobre grupos para homens autores de violência doméstica.

O Sudeste, destacando-se como a região com o maior número de teses, talvez se deva ao fato da existência de fatores estruturais, como a concentração de universidades de excelência, programas de pós-graduação bem estabelecidos e maior financiamento para pesquisa. Por outro lado, regiões como o Norte – ausente nas produções – e o Centro-Oeste, este pouco representado, desvelam para um descaso ou ainda a falta de investimento em estudos voltados para essa temática nessas localidades; quando falamos em investimento em nossa pesquisa também colocamos aqui a ideia de investimento humano e político-social⁵, indo para além da esfera financeira. Trouxemos, a seguir, um gráfico para que o leitor visualize melhor a síntese dos dados que retiramos das teses que aparecem no Quadro I.

⁵ Nas últimas eleições de 2022, a região Norte do Brasil votou de forma maioritária no candidato da extrema-direita Jair Messias Bolsonaro. Dando ao político, à época, 51,03% dos votos válidos (G1, 2022). Essa informação não é trivial pelo fato de que o candidato mencionado já teve diversas acusações de machismo e agressões verbais contra mulheres e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queers, Intersexos, Andróginos (LGBTQIA+). Cabe dizer, acerca da escolha do uso desta última sigla empregada, que há no movimento social desse seguimento uma discussão ainda em curso sobre qual sigla melhor representa as lutas e as pessoas da comunidade; diante deste fato, não requerendo incorrer no risco de excluir nenhuma legítima existência, utilizamos LGBTQIA+ por compreender ser uma sigla robustamente representativa. Além disso, durante a pandemia de COVID-19 que assolou países mundo afora, o ex-presidente Bolsonaro, quando conduzia a nação, advogou taxativamente contra métodos científicos considerados os mais corretos pela comunidade de Ciência internacional. Portanto, termos uma região sem pesquisas sobre HAV e, ao mesmo tempo, uma expressiva votação de um candidato polêmico no que tange essas temáticas, nos soa como uma convergência de interesses, e não um mero acaso. Obviamente, outros elementos devem ser analisados, entretanto, o que destacamos corrobora em superlativo com a nossa análise.

FIGURA 2 – Gráfico dos primeiros rostos das teses encontradas sobre HAV no Brasil:



Fonte: elaboração dos autores

Decidimos iniciar essas primeiras reflexões questionando as regiões menos representadas nos dados acima, pois isso tem a ver com as políticas e práticas para lidar com a violência doméstica. A ausência de pesquisas nesses locais põe à baila a invisibilidade do problema. A carência de estudos regionais limita a compreensão das especificidades locais do fenômeno, dificultando a elaboração de intervenções contextualizadas e eficazes. Essa lacuna exige uma reflexão sobre a democratização do acesso à produção científica e sobre a necessidade de fomentar pesquisas em todas as regiões do país, garantindo que o conhecimento produzido tenha maior alcance e impacto social. Outro ponto identificado por nós ao visualizarmos o Gráfico I é o fato de as mulheres serem responsáveis pela maior parte das produções acadêmicas sobre grupos para HAV. Há, aqui, uma importante contradição na abordagem dessa temática. Essa predominância feminina tem a ver com uma extensão do papel social historicamente atribuído às mulheres de se responsabilizarem pelas questões de gênero e pela luta contra a violência doméstica. Enquanto isso, os homens, que são os principais perpetradores dessa violência, aparecem como minoria na produção científica que busca investigar, compreender e transformar comportamentos masculinos. De certo modo, isso nos chama a atenção.

Depois de problematizadas as produções por regiões e a produção por gêneros, queremos também dedicar espaço à análise do aumento das pesquisas sobre HAV no ano

de 2018; buscando dialogar com um contexto histórico-social maior para além dos números frios, encontramos sentido e firmeza para dizer que isso não ocorrera por acaso. Movimentos que antecederam esse período, tanto no Brasil quanto no mundo, colocaram a violência de gênero em evidência. No Brasil, para iniciarmos por nós, o ano de 2010 foi marcado por um fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, com destaque para a consolidação e expansão da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). A implementação de medidas como os grupos educativos para homens autores de violência passou a ser mais amplamente discutida, sobretudo após a sanção da Lei nº 13.984, em 2019, que tornou obrigatória a frequência desses homens a programas de reeducação e acompanhamento psicossocial, algo que já vinha sendo debatido anos antes e muito provavelmente teve sua influência nos estudos acadêmicos a partir de 2016 e 2017.

Dessa maneira, compreendemos que o aumento expressivo de teses defendidas em 2018 não ocorre em um vácuo, mas está inserido em um momento histórico de intensa mobilização política, legislativa e cultural sobre a violência de gênero. Isso demonstra como eventos sociais e avanços legislativos repercutem diretamente na produção científica, ao mesmo tempo em que conseguem com certa ligeireza estabelecer uma conexão entre o campo acadêmico e as demandas sociais mais urgentes.

Da análise dos trabalhos

Dito isto, vamos à análise das teses. Adentrando nas páginas da tese intitulada *Dribles da responsabilidade: como homens autores de violência contra a mulher narram a si mesmos*, de Marlucci Delavi Tarnoschi, defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2024, temos uma contribuição para os estudos sobre violência de gênero, com foco na análise das narrativas de homens autores de violência. Sua abordagem metodológica é ancorada na psicologia social, utilizando uma combinação de métodos qualitativos para investigar como esses homens constroem suas identidades e narrativas diante das intervenções realizadas em “grupos reflexivos”.

No segundo estudo, intitulado de *A face preventiva da Lei Maria da Penha e os grupos para homens autores de violência contra as mulheres: um estudo de caso do núcleo de atendimento ao homem autor de violência contra a mulher*, de Ana Cecília Bezerra de Aguiar (2024), temos uma análise jurídica e sociológica sobre a eficácia dos “grupos reflexivos” enquanto instrumentos preventivos previstos pela Lei Maria da

Penha, com foco em um estudo de caso realizado no Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher.

A tese ora em questão traz uma contribuição teórica importante ao destacar o caráter preventivo da Lei Maria da Penha, muitas vezes eclipsado pelo foco nas medidas punitivas.

Fichando criteriosamente a tese de Thiago De Carvalho Guadalupe (2024), intitulada de *Grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: uma nova política?*, nos é mostrada a eficácia dos “grupos reflexivos” para HAV como uma política pública no Brasil. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa examina documentos e dados secundários para entender como esses grupos funcionam e sua implementação desde a Lei Maria da Penha. Pode-se dizer que o debate central da tese é que, apesar da existência de 312 iniciativas no Brasil, ainda não há uma política consolidada para seu uso, e que esses grupos, embora alternativos ao sistema penal, não promovem mudanças estruturais significativas nas relações de gênero.

Quando da abordagem da tese *Masculinidades e Psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres*, de André Masao Peres Tokuda (2021), destacamos a contribuição relevante para os estudos sobre gênero e violência. A principal contribuição do trabalho está na articulação entre o conceito de masculinidades e as práticas psicossociais desenvolvidas em grupos de HAV. A pesquisa enfatiza como a construção das masculinidades, enquanto fenômeno social, influencia o comportamento desses homens e como intervenções em grupos podem atuar na desconstrução de práticas violentas.

Lendo de forma **acurada, ou seja, com muita atenção**, a tese de doutorado de Elizabeth Maria Fleury-Teixeira (2021), intitulada de *Homens autores de violência contra mulheres: um estudo com participantes de grupos reflexivos em Belo Horizonte*, vemos que o estudo focou em 456 homens que cometeram violência contra mulheres, sendo atendidos pelo sistema de justiça e encaminhados para participar de “grupos de reflexão” em Belo Horizonte, como o Instituto Albam e o Programa Dialogar da Polícia Civil de Minas Gerais. A pesquisa utilizou questionários aplicados a 137 homens, explorando suas memórias de socialização primária e secundária para identificar padrões de crenças e valores morais que influenciam comportamentos violentos.

Chegando à tese de Luciana Moreira de Araujo (2021) intitulada por *Construção social de masculinidades e fundamentos do trabalho desenvolvido em grupos reflexivos*

para homens autores de violência de gênero, temos uma instigação, pelo menos em termos argumentativos, similar à de Fleury-Teixeira (2021). Ela investiga como a construção social de masculinidades influencia a violência de gênero e os fundamentos teóricos e ético-políticos dos “grupos reflexivos” realizados com homens autores de violência. O estudo analisa a dinâmica desses grupos e como eles podem contribuir para a transformação de comportamentos violentos, promovendo uma nova compreensão de masculinidade no universo dos que são atendidos pelo serviço.

A tese de Raíssa Jeanine Nothaft, intitulada de *Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência*, realizada na Universidade Federal de Santa Catarina em 2020, é interessante porque destoa das demais até aqui exploradas. Ela se diferencia pois investiga como as experiências de mulheres no enfrentamento à violência doméstica e familiar se relacionam com a participação de seus companheiros em serviços para autores de violência. A pesquisa focou nos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) do Distrito Federal e no Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDI) da Prefeitura de Blumenau-Santa Catarina. A tese de Nothaft (2020) mostra a nós a necessidade de uma abordagem interseccional para entender e combater a violência doméstica e familiar. Esse conceito implica que não podemos analisar a violência contra as mulheres de uma maneira única e isolada, mas sim considerando múltiplas dimensões e fatores que podem influenciar essa violência. Isso inclui aspectos como gênero, raça, classe social, orientação sexual, e outras identidades e experiências sociais que se interseccionam.

Chegando às páginas escritas da tese *Do 'monstro' ao homem: motivos de violências contra a mulher*, de Carla da Silva (2020), registramos uma análise instigante sobre as motivações que levam homens a cometerem violência contra mulheres. Sua principal contribuição reside na desconstrução do estereótipo do “monstro” associado aos autores de violência, propondo um olhar que revela as construções históricas que sustentam tais práticas violentas.

Analisando a tese de Luana Márcia de Oliveira Billerbeck (2018) nomeada por *Subjetividades masculinas: identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná*, temos uma pesquisa que se diferencia das demais ao adotar uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para a análise dos dados. Similarmente a outras pesquisas, Billerbeck (2018) concentra-se na caracterização dos HAV ao ingressarem nos “grupos reflexivos”.

Chegando na leitura da tese de Vanessa Arlésia de Souza Ferretti Soares (2018), intitulada *-Mas tem gente que não entende assim. //”-É. É por isso que a gente tá aqui.”: a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades*, lemos a abordagem da dinâmica das sessões e análise de como os discursos produzidos nos espaços dos grupos educativos podem influenciar e transformar as identidades masculinas.

Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras (2018), em seu trabalho doutoral explora as intersecções entre gênero, masculinidade e o sistema de justiça penal no contexto da aplicação da Lei Maria da Penha. Intitulada por *A masculinidade no banco dos réus: um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha*, a tese investiga o papel do sistema de justiça penal na transformação dessas masculinidades e na promoção de uma cultura de não-violência. Veja, aqui, o foco é na justiça penal, muito embora os homens sejam os sujeitos de análise.

De autoria de Juliano Beck Scott (2018), este estudo agora analisado e intitulado por *Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades*, utiliza uma abordagem metodológica qualitativa, semelhante à abordagem de Prates (2013), que virá adiante, mas com especificações próprias no tratamento dos dados. Uma mudança importante é observada na parceria entre a promotoria de justiça do estado do Rio Grande do Norte (RN) – região considerada, segundo as investigações de Scott (2018), como a recordista no fenômeno da violência doméstica – e os “grupos reflexivos”.

A tese de Paula Licursi Prates (2013) – *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher* –, demonstrou em seus estudos como os homens, inicialmente, sentem-se vitimizados e injustiçados diante da medida judicial de participação no grupo, não se identificam como autores de violência e apresentam concepções tradicionais do padrão de masculinidade hegemônica. A tese de Marco Julián Martínez-Moreno (2018), *Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher*, explora como a categoria “cultura” se relaciona com a modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher, no contexto da implementação da Lei Maria da Penha no Rio de Janeiro.

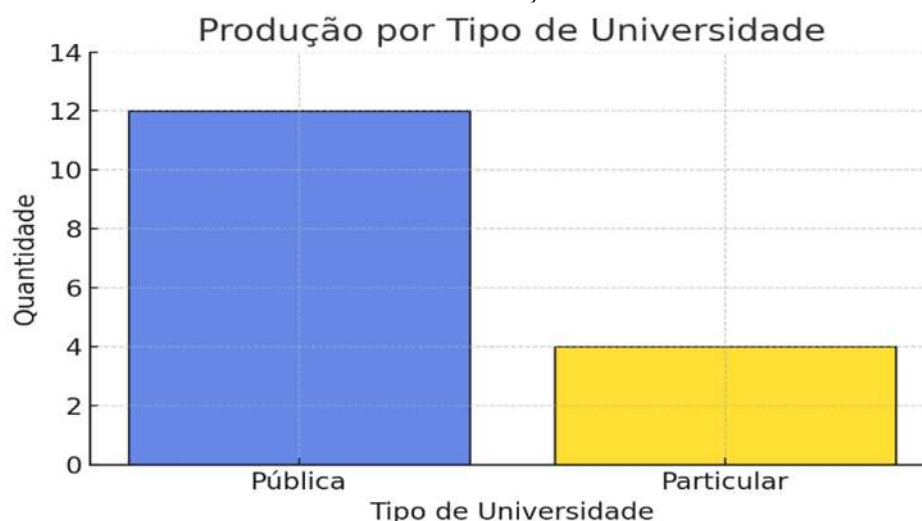
A penúltima tese lida por nós, de Jan Stanislas Joaquim Billand (2016) e intitulada *Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? Etnografia de um grupo reflexivo*, buscou compreender as modalidades e condições do sucesso prático de uma intervenção junto a HAV na perspectiva da promoção da equidade de gênero. O estudo analisa o trabalho de três profissionais, homens, que organizam um “grupo reflexivo”, utilizando uma abordagem qualitativa e o método etnográfico, combinando observação participante, entrevistas em profundidade com os facilitadores e análise documental. Lendo o trabalho *Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense*, de Concepcion Gandara Pazo (2013), temos a análise dos desafios e contradições na implementação da Lei Maria da Penha em um contexto específico. A principal contribuição do trabalho está na crítica à institucionalização dessa lei, evidenciando como as práticas e estruturas locais muitas das vezes reproduzem as mesmas desigualdades e ineficiências que a legislação busca combater.

Soares (2018) explora a (re)construção discursiva de masculinidades em grupos socioeducativos, enfatizando a análise discursiva. Veras (2018) estuda a relação entre masculinidade e o sistema de justiça penal, destacando a responsabilização dos homens. Scott (2018) utiliza uma abordagem qualitativa para analisar a parceria entre a promotoria de justiça do RN e os grupos, enquanto Prates (2013) investiga os limites e alcances desses grupos utilizando um estudo de caso. Martínez-Moreno (2018) explora a relação entre modernização, dignidade e masculinidade no contexto dos “grupos reflexivos” através de uma abordagem etnográfica. Billand (2016) analisa a dinâmica de grupos estudados para homens autores de violência, utilizando a etnografia, como já dito. Tokuda (2021) investiga os grupos de HAV destacando como as masculinidades hegemônicas necessitam do que ele chama de “intervenção”. Silva (2020) questiona o estereótipo do monstro que é associado aos autores de violência, demonstrando de forma prática que em nada ele ajuda na aproximação e transformação desses sujeitos. Por fim, a tese de Pazo (2013) avalia a implementação da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense, revelando contradições entre avanços legislativos e práticas institucionais. Em síntese, os estudos aqui analisados fornecem uma visão bastante panorâmica sobre a transformação das masculinidades e o enfrentamento da violência de gênero através de diferentes abordagens.

No gráfico a seguir, realizamos uma divisão acerca de quantas dessas teses de doutorados estudadas por nós foram produzidas nas universidades públicas ou em instituições particulares:

FIGURA 3 – Gráfico de produção por tipo de Universidade

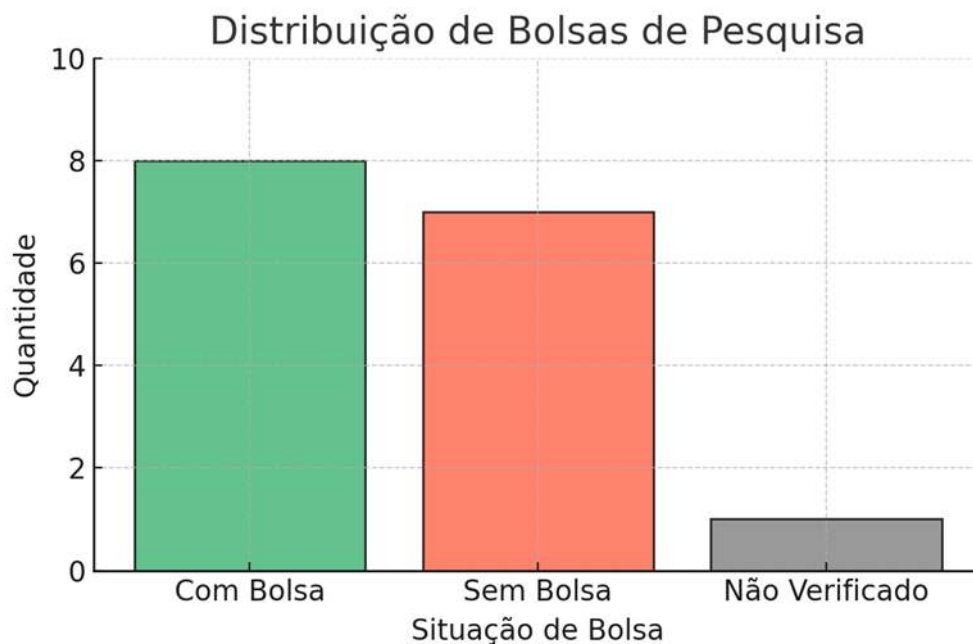
Fonte: elaboração do autor.



A figura 3 demonstra um gráfico imperativo na produção acadêmica entre universidades públicas e particulares no campo de estudo dos grupos educativos para homens autores de violência doméstica. Das 16 teses analisadas, 12 foram produzidas em universidades públicas, enquanto apenas 4 em instituições privadas. Essa diferença revela aspectos que caracterizam a produção acadêmica no Brasil. As universidades públicas, historicamente, têm maior acesso a financiamento público e incentivos à pesquisa, como bolsas de estudos e infraestrutura especializada, o que as posiciona como protagonistas em áreas de interesse social. Isso reforça que são as universidades públicas as que mais desempenham atenção à temática, que, além de emergente, é de extrema importância.

Agora, vamos analisar quantas dessas teses tiveram ajuda, investimento do poder público, pode meio das agências de fomento, para serem realizadas.

FIGURA 4 – Gráfico sobre investimento em pesquisas acerca dos grupos para HAV e a desconstrução das masculinidades hegemônicas



Fonte: elaboração dos autores.

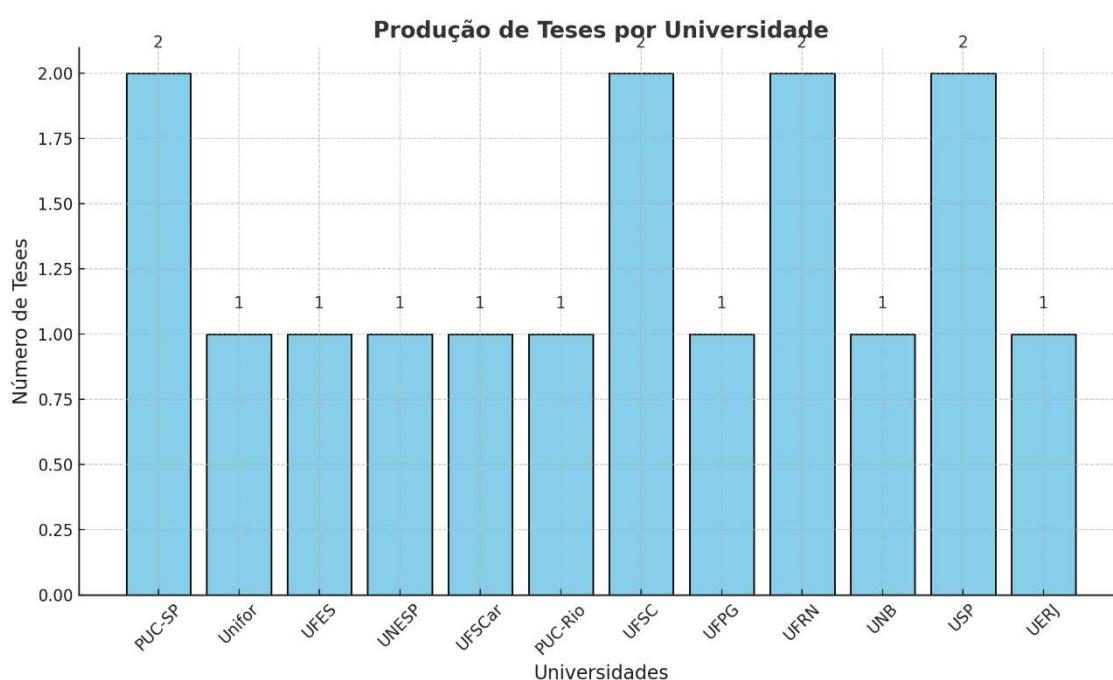
O gráfico sobre a distribuição de bolsas de pesquisa nos mostra como as condições financeiras impactam a realização de trabalhos acadêmicos, com destaque para a desigualdade no acesso ao financiamento. Dos 16 trabalhos analisados, 8 receberam bolsas de pesquisa, indicando um suporte financeiro e mostrando o papel fundamental das políticas públicas e institucionais no incentivo à produção acadêmica. Em contrapartida, 7 foram realizados sem bolsa, demonstrando que quase metade dos pesquisadores enfrentaram desafios financeiros, ou não foram devidamente remunerados por um trabalho que é crucial para a sociedade. 1 trabalho não teve a situação de bolsa verificada porque não foi encontrada nele informações sobre tal fato, quando tentávamos acessar a tese na íntegra, o documento constava como indisponível, nos obrigando a analisá-la somente pelo resumo inicial, o que traz à tona a necessidade de maior transparência nos registros acadêmicos.

Como é notório, os dados colhidos mostram uma divisão quase equilibrada entre trabalhos financiados e não financiados, com uma leve predominância dos que contaram com apoio financeiro. No entanto, a elevada proporção de estudos sem bolsa levanta questões sobre as desigualdades no acesso a recursos e sobre as dificuldades enfrentadas por muitos pesquisadores. Produzir conhecimento sem apoio financeiro implica uma sobrecarga material que com obviedade se estende para outras áreas da vida, uma vez que

o pesquisador precisa buscar alternativas para sustentar sua dedicação ao trabalho acadêmico, o que muitas vezes compromete a qualidade ou até mesmo a viabilidade da pesquisa. É importante notarmos que essas pesquisas geram instrumentos que de fato previnem as violências que, em casos mais graves, levam às prisões brasileiras homens que custam ao Estado por mês bastante caro, como é o caso dos presos no Tocantis. Um estudo exclusivo obtido pelo G1 e pela GloboNews revelou que o custo médio mensal de um preso no estado mencionado, por exemplo, é de R\$ 4.200 (G1; Globo News, 2021). Em estados como Bahia e Piauí, por exemplo, um preso custa R\$ 3.273 mensais, mais do que os valores das atuais bolsas de doutorado pagas pelas agências de fomento.

No gráfico da figura 5, discriminamos nominalmente as instituições de ensino superior que tem se dedicado a pensar o tema das masculinidades debatidas em grupos para HAV ora em questão:

FIGURA 5 – Gráfico de produção das teses por universidade



Fonte: elaboração dos autores.

Um aspecto crítico a destacar a partir do gráfico trazido é a situação do Estado do Rio de Janeiro. Apesar de contar com instituições de renome nacional e internacional, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Oswaldo Fiocruz (FIOCRUZ), essas não aparecem no gráfico como produtoras de teses sobre o tema analisado. Isso diverge com a presença de outras instituições do estado, como a

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), cada uma contribuindo com apenas uma tese. Essa ausência de pesquisas em áreas fundamentais como os estudos de gênero e políticas públicas para mulheres, especialmente em um estado com indicadores preocupantes de violência contra a mulher, não deve ser encarado como normal. Como esta tese que ora é apresentada ao leitor está sendo produzida em um programa de Pós-Graduação na UFRRJ, teremos uma única tese defendida sobre o tema das masculinidades e suas relações com a violência doméstica em todo o perímetro geográfico da Baixada Fluminense.

Considerações Finais

Neste estudo, de abrangência extensa, pudemos notar como a produção científica na temática dos HAV tem sido majoritariamente conduzido por mulheres, o que nos faz enxergar o quão ainda é importante o fortalecimento de políticas institucionais que valorizem a participação feminina na Ciência. Mesmo diante de um tema que taxativamente colocam os homens no centro do debate, são poucos os doutores homens formados no Brasil discutindo esse tema; como visto, são apenas 6 em todo o país. É como se tivéssemos apenas 1,5⁶ doutores capacitados no tema para falar e subsidiar com suas pesquisas políticas públicas voltadas aos HAV nas quatro regiões do Brasil, ficando uma região sem nenhum doutor especialista no tema, caso do Norte, que não apareceu no levantamento. **Outro dado relevante que pudemos apurar com a dissecação do material colhido, foi que as universidades que mais produzem conhecimento sobre o tema são as públicas, o que reforça o compromisso que os governos e o Estado brasileiro devem nutrir para com essas instituições, o que decerto vai na contramão do que se viu no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual não só cortava constantemente investimentos nas universidades como também contingenciava bolsas de estudos país afora, como bem mostrou em artigo intitulado por *A Educação Em Defesa da Sociedade e da Democracia No Governo Bolsonaro: Um Ensaio Crítico de 2019 A 2022* os autores Leandro Rodrigues, e Eliezer Gonçalves (2024).**

Porém, como nem tudo é tão simples, é preciso mencionar que as universidades federais que produziram conhecimento sobre a temática referida estão, em sua maioria, nas capitais, o que também nos provoca a inquietação por pensarmos que é muito

⁶ Base de Cálculo $6/4 = R: 1,5$. Exclui-se da divisão a região Norte.

importante que as regiões camponesas também deveriam contar com uma cobertura de pesquisa e implantação desses serviços, visto que as mulheres do campo podem sofrer violências e carecerem tanto do acolhimento quanto da educação em gênero e sexualidades voltada à desconstrução dos estereótipos para os seus maridos, ex-maridos e filhos. Constatamos neste artigo que as produções científicas foram majoritariamente produzidas em 2018, e explicamos o contexto social, político e jurídico que motivou esse interesse. Aqui e ainda em tempo, acrescenta-se o fato nessas percepções que a Educação também contribuiu efetivamente para que esse debate fosse impulsionado na sociedade.

Referências

AGUIAR, Ana Cecília Bezerra de. A face preventiva da Lei Maria da Penha e os grupos para homens autores de violência contra as mulheres: um estudo de caso do núcleo de atendimento ao homem autor de violência contra a mulher. 2024. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2024.

ARAUJO, Luciana Moreira de. Construção social de masculinidades e fundamentos do trabalho desenvolvido em grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BILLAND, Jan Stanislas Joaquim. Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? Etnografia de um grupo reflexivo. 2016. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BILLERBECK, Luana Márcia de Oliveira. Subjetividades masculinas – identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

COLLING, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino. Dourados: Editora UFGD, 2019.

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth Maria. Homens autores de violência contra mulheres: um estudo com participantes de grupos reflexivos em Belo Horizonte. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2024. Brasília: FBSP, 2024.

GUADALUPE, Thiago de Carvalho. Grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: uma nova política? 2024. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

MARCO JULIÁN, Martínez-Moreno. Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra

a mulher. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

NASCIMENTO, Letícia. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência. 2020. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PAZO, Concepcion Gandara. Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense. 2013. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PRATES, Paula Licursi. A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. 2013. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SCOTT, Juliano Beck. Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, Carla da. Do “monstro” ao homem: motivos de violências contra a mulher. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SOARES, Vanessa Arlésia de Souza Ferretti. “-Mas tem gente que não entende assim.” //“-É. É por isso que a gente tá aqui.”: a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

TOKUDA, André Masao Peres. Masculinidades e Psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2021.

VERAS, Érica Verícia Canuto de Oliveira. A masculinidade no banco dos réus: um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em setembro de 2025.